

PLANEJAMENTO PASTORAL PARA UMA IGREJA EM SAÍDA MISSIONÁRIA

*Pe. Sidnei Marco Dornelas, CS**

Resumo: Neste artigo procura-se fazer uma reflexão sobre o planejamento pastoral participativo a partir das intuições presentes na *Evangelii Gaudium*, em vista de uma Igreja em saída missionária. O texto parte de uma contextualização da realidade do planejamento pastoral no momento atual, para desenvolver suas reflexões e terminar com algumas considerações a partir da realidade concreta dos migrantes.

Palavras-chave: planejamento pastoral. pastoral missionária. pastoral dos migrantes.

Introdução

Há cinco anos da publicação da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, e há mais de dez anos da conclusão da Conferência de Aparecida, é importante refletir e repropor a exigência do apelo feito a todas as Igrejas pelo Papa Francisco: “Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto-preservação.” (EG 27) Esta também foi, em síntese, a proposta da Missão Continental, por meio da qual os Bispos em Aparecida buscavam que esse sonho se tornasse realidade: uma Igreja em estado permanente de missão (DAp 362).

Para tanto, um dos elementos mais importantes (e menos conhecido) da proposta veiculada pelo CELAM para implantar

* Pe. Sidnei Marco Dornelas (CS) é missionário scalabriniano, atualmente atuando em Buenos Aires, com mestrado em Ciências Sociais, pelo Institut Catholique de Paris, e em Teologia Pastoral, pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. E-mail: sidneimdornelas@gmail.com

o projeto da Missão Continental foi o de revalorizar a prática do planejamento pastoral e participativo, em vista de uma Igreja toda missionária (CELAM 2008–2009). É então, a luz desse apelo, que nos parece interessante tentar levantar alguns elementos para refletir sobre a prática do planejamento pastoral, tendo em vista as Igrejas Locais que se encontram no Brasil, entre as quais já existe um aprendizado nesse sentido. Considerando o atual contexto de transformações profundas, nas suas relações internas e com a sociedade, é nosso objetivo centrar o foco do planejamento pastoral na proposta de uma Igreja em saída missionária. Ao lado disso, procuramos problematizar essa prática, chamando a atenção para uma realidade concreta: o cuidado pastoral dos migrantes.

1 Contextualizando a prática do planejamento pastoral missionário

No quadro das atividades da Comissão Especial para a Missão Continental, pela CNBB, levamos a cabo em parceria com o Centro Cultural Missionário (CCM), entre os anos de 2013 e 2014, alguns encontros formativos para coordenadores diocesanos de pastoral. Motivados pela proposta da Missão Continental, os temas tratados referiam-se principalmente: à pessoa do coordenador de pastoral; à paróquia missionária; à realização de um planejamento pastoral em vista de uma Igreja missionária e sua implementação. Em três encontros realizados, contamos no total com cerca de 100 participantes, vindos de dioceses de todas as regiões do país. Foi uma oportunidade de rica partilha de experiências, que também permitiu esboçar o “estado da arte” da tarefa de planejar e coordenar a ação pastoral nas Igrejas Locais no Brasil¹.

1 O projeto da Missão Continental foi assumido pela CNBB, inicialmente, de 2008 a 2011 através de uma comissão “ad hoc”, vinculada ao Secretariado Geral. De 2011 a 2015, a continuidade do projeto foi levada a frente por meio de uma Comissão Especial, que trabalhou em colaboração com a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial e a Comissão Especial

Como não poderia deixar de ser, nesses encontros surgiram muitas observações que apontavam para os vários entraves e descompassos que confundiam e dificultavam essa tarefa de coordenação e planejamento². Uma primeira constatação foi a de que a maioria das dioceses não faz ou possui uma prática incipiente de planejamento pastoral. Na verdade, perceberam-se diferentes entendimentos sobre o que seria fazer um planejamento pastoral, tendo como resultado a elaboração de diferentes formatos de planos de pastoral. Ao lado desse quadro confuso, também se constatou que havia uma grande rotatividade entre os padres escolhidos pelos bispos para serem coordenadores de pastoral. O resultado é que não se acumulava conhecimento suficiente para amadurecer e aperfeiçoar essas práticas. Assim, se a prática de planejamento parecia confusa e incipiente, também as pessoas encarregadas por essa tarefa se sentiam despreparadas para seu acompanhamento.

Entre as principais indicações levantadas a partir dos debates realizados nesses encontros, poderíamos citar:

- Apesar de que processos de consulta eram feitos no âmbito de cada diocese, percebeu-se que as metodologias empregadas não consideravam suficientemente as necessidades e preocupações das comunidades locais;
- Maioria dos planos seguia um processo de construção que respeitava uma metodologia participativa (consulta às bases);
- Porém, novas e frequentes demandas vindas da CNBB,

para a Amazônia. Entre as atividades organizadas e acompanhadas pela Comissão estavam esses encontros de formação para coordenadores diocesanos de pastoral, visando ajudar e animar as dioceses na implementação da missão permanente nas Igrejas Locais. Dois desses encontros aconteceram em 2013 e um terceiro em 2014.

2 Os elementos aqui referidos foram sintetizados e apresentados por ocasião de um desses encontros, realizado em Brasília, de 14 a 18 de julho de 2014, na sede do CCM, tendo como tema “Planejamento Pastoral Missionário na Igreja Local”.

da Santa Sé e outros (anos temáticos, grandes eventos, campanhas, prioridades do Regional, etc) muitas vezes atropelavam o processo de construção e implementação do plano pastoral nas comunidades e paróquias da diocese;

- Limitada duração e continuidade da vigência dos planos de pastoral: quatro anos é um prazo reduzido para percorrer o itinerário e fluxo de “diálogo” entre as instâncias que vão da CNBB nacional, regionais, dioceses, paróquias e comunidades;

- Mudança constante de metodologias e critérios usados na elaboração das Diretrizes Gerais e nos planos de pastoral dificultava o processo de compreensão e assimilação da dinâmica nas bases;

- Percepção de que o processo de construção das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE), da CNBB, estava em situação de descompasso com a decorrente elaboração dos planos de ação evangelizadora, a serem concretizados nas dioceses;

- Enquanto o processo de construção dos planos nas dioceses se construía a partir de uma consulta das comunidades e compartilhamento de ideias (método indutivo), as DGAE davam a impressão de se fazer por outro processo de consulta, a especialistas e bispos (seria um método “dedutivo?”);

- Diversidade dos métodos, critérios e itinerários do processo de planejamento; multiplicidade de projetos e atividades, assim como de eventos e temáticas (tendência de esvaziamento e dispersão das iniciativas); variedade de “livrinhos” e formatos de publicação;

- Constatou-se, pela variedade de formatos de publicação assumidos pelos planos de ação pastoral nas diferentes dioceses (diretrizes, diretório, guias de ação, planos de ação...), que a realidade de cada Igreja Particular pediria diferentes metodologias.

Esse quadro geral parece sugerir que, apesar de haver uma tradição de planejamento pastoral nas Igrejas locais no Brasil, as contingências de seu contexto social, estruturação e história eclesial, tem levado a vários impasses, de diferentes ordens: entre o local, o regional e o nacional; entre a fidelidade às bases e às normativas da Igreja; entre diferentes metodologias; entre a necessidade de fazer uma caminhada comum e a atenção ao específico de cada comunidade, pastoral e movimento. Elas colocam interrogações sobre certo enrijecimento da estruturação e organização pastorais, com suas muitas demandas, frente aos desafios de uma realidade que muda com muita rapidez, e é cada vez mais diversificada de localidade para localidade.

Esses descompassos no planejamento pastoral, numa Igreja que desde os anos 1960 tem buscado uma ação evangelizadora e pastoral articulada, em vista de uma maior incidência social e eclesial, mostram que também ela não está isenta de deficiências e contradições, pedindo alguma forma de revisão. Nesse sentido, também a Igreja no Brasil se vê interpelada a repensar o planejamento em vista de sua missionariedade, num contexto que se convencionou chamar de “mudança de época”. No entanto, não só a Igreja no Brasil demorou a reconhecer a importância da proposta da Missão Continental, como também não atinou para a mudança de foco e prioridades que ela implica, e seus impactos na articulação e planejamento em nível local, regional e nacional. Até mesmo terminologias como “Igreja em saída” e “primeirar”, empregadas pelo Papa Francisco, surpreendiam e pareciam irremediavelmente novos frente a esquemas e planos que pareciam demasiado rígidos. Assim, em vista da missão, na complexidade da realidade atual, a Exortação *Evangelii Gaudium* pode nos ajudar a repensar a dinâmica de planejamento pastoral, como processo e construção da comunhão do ser Igreja, e não apenas de seu agir.

2 Em vista do planejamento e articulação de uma Igreja missionária

Se tomarmos como ponto de partida da reflexão que todo planejamento pastoral e participativo coloca seu foco mais no processo do que nas atividades planejadas, mais na constituição de um “caminhar juntos” como Igreja do que no calendário dos grupos e pastorais, mais no exercício da comunhão do que na programação de cada pastoral ou da diocese como um todo, podemos dizer que encontramos na *Evangelii Gaudium* pontos de apoio para nos ajudar a discernir o cerne de uma metodologia missionária participativa.

Em seu primeiro capítulo, esse documento coloca seu acento no imperativo de sair e se aproximar, de criar uma dinâmica de envolvimento e acompanhamento, em todos os espaços sociais, sobretudo nas “periferias existenciais”. Aponta para uma dinâmica pastoral que se realiza indo para “fora” da Igreja, mas que também procura fazer com que a Igreja esteja de “portas abertas” aos que se encontram “fora” e “distantes”. Nessa perspectiva é que entendemos como o Papa dá um sentido muito próprio a uma pastoral que sai em busca dos “afastados”. Ele expõe os passos dessa dinâmica pastoral de aproximação e acompanhamento que poderia caracterizar qualquer pastoral missionária, aplicável por qualquer serviço pastoral ou movimento (EG 24-25): “primeirear”, envolver-se, acompanhar e festejar. Essa dinâmica traz implícito o movimento de ir e vir da missão, entre os espaços e ambientes de frequência da comunidade cristã, e os outros espaços e ambientes em que se encontram os grupos e pessoas assim chamados de “afastados”.

Dessa forma entendemos a proposta de renovação da principal estrutura de pastoral que conta a Igreja local: a paróquia. O Papa afirma que a paróquia não é de forma nenhuma uma “estrutura caduca”, destacando sua “plasticidade” e capacidade de adquirir múltiplas formas, na medida em que se

aliam e articulam “a docilidade e a criatividade missionária do pastor e da comunidade”. (EG 28) Justamente porque se encontra em meio às casas e participa do trânsito das pessoas que percorrem seu território, é que a partir da Paróquia os agentes de pastoral adquirem a virtualidade de penetrar todos os espaços e interagir com todos os grupos e pessoas. No mesmo sentido, o Papa lembra o papel do bispo no interior da Igreja Particular para liderar e acompanhar esse processo de abertura da Igreja à missão, dentro de seu território. (EG 30) Tudo sob os auspícios do exercício da misericórdia, valor central da mensagem do Evangelho e coração do *kerigma* cristão, que deve presidir todas as ações e organização, e, por conseguinte, o processo de planejamento participativo. (EG 31-32; 37)

É nesse horizonte pastoral que podemos repensar o lugar do planejamento em vista de uma Igreja Local em saída. Como se pode deduzir, o acento está na atitude de aproximação e escuta. Mais do que estabelecer um calendário de atividades, um organograma de funções, as etapas do programa, o Papa enfatiza a dinâmica do acompanhamento. Na verdade, como em tantos outros momentos, vemos que o Papa está muito mais preocupado em “iniciar processos” baseados na prática da evangelização, do que estabelecer verdades ou orientações definitivas. Trata-se de uma atitude de fé, uma confiança primordial, tal como se depreende do próprio Evangelho (EG 21-22). É assim que o Papa se refere à necessidade de uma abertura da Igreja ao poder da Palavra e do Espírito: “A Igreja deve aceitar esta liberdade incontável da Palavra, que é eficaz a seu modo e sob formas tão variadas que muitas vezes nos escapam, superando as nossas previsões e quebrando os nossos esquemas” (EG 22).

O Papa apresenta alguns princípios que dão racionalidade a essa atitude de “iniciar processos” no capítulo IV da *Evangelii Gaudium*, ao buscar dar as orientações da ação da Igreja no

mundo, em vista do “desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo onde as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum” (EG 221). Acreditamos que esses princípios também podem dar mais consistência na busca de uma renovação da dinâmica de planejamento pastoral e missionário. Eles ajudam a esclarecer mais sobre o andamento do “processo” do que propriamente a organização das estruturas em que ele se desenrola. Como o Papa expõe, eles emanam da própria Doutrina Social da Igreja: “o tempo é superior ao espaço” (222-225); “a unidade prevalece sobre o conflito” (226-230); “a realidade é mais importante que a ideia” (231-233); “o todo é superior à parte” (234-237). São polaridades que se complementam, pois, se de um lado vemos claramente qual delas é a mais importante, por outro não podemos deixar de considerar que a outra é fundamental para se constituírem mutua e concomitantemente.

Sugerimos então que o exame da interação intrínseca a cada uma das quatro polaridades possa iluminar o entendimento da prática pastoral, missionária e social das Igrejas Locais, e logo, de seu processo de planejamento participativo. Assim, já a primeira polarização aponta para a importância da dinâmica de “iniciar processos”:

“Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. (...) Trata-se de privilegiar as ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes” (EG 223).

Partindo desse primeiro pressuposto, podemos entender a importância das outras indicações: se a unidade é o que buscamos, ela deve ser construída na consideração de cada conflito, pois é ali que as diferenças se manifestam, pedindo uma permanente atitude de escuta e diálogo, para forjar os

consensos necessários. Da mesma forma, se afirmamos que a realidade é mais importante que a ideia, é para que não percamos de vista que, por meio da escuta e debate mútuos, as ideias podem ser confrontadas, e assim se encarnar e iluminar a compreensão dessa mesma realidade, e logo permitir o consenso em relação a uma ação mais amadurecida. Assim, se a totalidade a que aspiramos é superior às partes, é porque em seu processo de interação mútua, ela se deixa construir num caminho carregado de conflitos, de visões e entendimentos diferentes e contraditórios, em que se torna fundamental que cada parte seja considerada, ouvida e assumida por todos.

Como vemos, o processo é o mais importante, e colocá-lo em marcha é uma atitude de fé. Na verdade, um processo de planejamento participativo, respeitando-se essa dinâmica, se desenvolve como um processo de discernimento coletivo, em que a fé comum na ação do Espírito, no poder da Palavra de Deus, pode criar os laços de comunhão que constituem o próprio ser Igreja. Embora se evite essa palavra, é um modo particular de se entender o processo “dialético” que constituem as relações sociais, em que os momentos de “ruptura” e “superação” fazem emergir a novidade que dá sentido a todo o caminho percorrido. Como o Papa bem deixa a entender, numa perspectiva de fé, essa novidade não é programável. Como ação da graça, ela é suscitada em meio à caminhada, pela ação do Espírito que age em todos, e por meio de todos, servindo-se dos “espaços” utilizados, passando por vários “conflitos” e controvérsias de “ideias”, em que todas as partes são chamadas a participar. O planejamento participativo deve estar, dessa forma, a serviço dessa novidade.

Convém destacar, contudo, que o que vai introduzir essa novidade no interior das dinâmicas de ação da Igreja é a própria missionariedade, como o próprio Papa deixou claro no discurso proferido no encontro com os delegados do CELAM, por

ocasião da JMJ no Rio de Janeiro em julho de 2013:

“A “mudança de estruturas” (de caducas a novas) não é fruto de um estudo de organização do organograma funcional eclesialístico, de que resultaria uma reorganização estática, mas é consequência da dinâmica da missão. O que derruba as estruturas caducas, o que leva a mudar os corações dos cristãos é justamente a missionariedade”.

Por fim, não há como não associar essa reflexão sobre esses princípios e sua repercussão no planejamento pastoral e missionário, enquanto dinâmica de iniciar e acompanhar processos, com a reflexão do Papa sobre a sinodalidade³. Como dinâmica de “caminhar juntos”, em que “aquilo que diz respeito a todos deve ser tratado por todos”, relembramos também que o planejamento pastoral e missionário se reveste de outra importância. Enquanto processo participativo ele também é processo pedagógico. Por um lado, podemos dizer que faz parte da pedagogia da evangelização a prática da missão, o ir às “periferias” e voltar (como o próprio Jesus demonstra em Lc 10) para compartilhar na comunidade que o enviou e assim testemunhar o que foi vivido. Por outro, também podemos dizer que é na dinâmica do aproximar-se e acompanhar, do ir e voltar da missão – ou do planejar, executar, avaliar e celebrar – que se aprende, não só a esboçar uma metodologia do agir pastoral missionário, mas principalmente, a caminhar como Igreja, a ser Igreja, enquanto comunidade que anuncia e testemunha a alegria do Evangelho.

3 Uma realidade concreta atual: o desafio dos migrantes

Por ocasião das atividades realizadas no âmbito da Comissão Especial para a Missão Continental pela CNBB, em vários

3 Discurso do Papa Francisco por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, Aula Paulo VI, sábado, 17 de outubro de 2015.

encontros tivemos a oportunidade de dar nossa contribuição, ajudando a identificar vários elementos que poderiam fazer parte de um planejamento pastoral missionário. Estava em perspectiva, naquele período, o que poderia fazer uma paróquia entrar em estado permanente de missão. Entre os principais elementos em discussão encontramos: a realização de experiências de missão popular, e sua continuidade; a setorização e formação de pequenas comunidades; o aprofundamento da vocação missionária dos leigos; sua preparação para “ministérios leigos” com foco na missão; a redescoberta da missionariedade das pastorais sociais; a promoção da animação missionária (IAM; Juventude Missionária); conhecer, criar e apoiar os “conselhos missionários” (COMIPAs e COMIDI).

Todos esses temas continuam pertinentes hoje, e permanecem sendo orientações simples que poderiam ser aplicadas em qualquer região do país, pois correspondem ao perfil mais comum de nossas paróquias e dioceses. Existem inclusive orientações da Santa Sé nesse sentido, veiculadas principalmente pela Congregação para a Evangelização dos Povos e pelas Pontifícias Obras Missionárias (POMs), que relembram que na pastoral ordinária deve se prever uma atenção especial para a organização do serviço de animação missionária⁴. Por meio de iniciativas e grupos como a Infância e Juventude Missionária, qualquer paróquia já estaria se abrindo para a consciência e cooperação missionária. Igualmente, as diversas formas de missão popular se tornaram um instrumento eficaz para a abertura missionária das estruturas pastorais de paróquias e dioceses. Abundam os testemunhos no interior do país, de Igrejas que se renovaram completamente após a vivência das Santas Missões Populares. Em vista de sua

4 Essa é uma recomendação expressa da *Rendemptoris Missio*, (RMi 84), e objeto de uma orientação da Congregação para a Evangelização dos Povos, por meio da *Cooperatio Missionalis* (CM 2).

continuidade, também existem muitas experiências, de diversos modelos, em que se busca imprimir na dinâmica cotidiana das Igrejas Locais o impulso da missão permanente. Nesse sentido, constata-se uma grande criatividade por parte de bispos, padres e leigos⁵. Entre os frutos dessas iniciativas, que melhor corroboram sua sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, está a renovação da consciência de pertencimento à Igreja.

Com efeito, considerando a importância da experiência das missões populares, e sua contribuição expressiva para o planejamento pastoral e missionário, é que podemos destacar a importância das diversas formas de “pastoral da visitação”. É talvez nesse ponto que melhor entrevemos o que seria concretamente uma “Igreja em saída”, e a possibilidade de dar outra configuração ao perfil de suas estruturas de pastoral. Assim, alguns elementos poderiam dar contornos ao planejamento e à eleição de prioridades: que ambientes; quais as necessidades; as categorias de pessoas; cultura e religiosidade; que caminhos para criar comunidade. E também a identificação de diferentes ambientes: hospitais; escolas; alojamentos; oficinas de trabalho; condomínios; parques, entre outros. E chegar aos grupos humanos mais afastados: encarcerados; migrantes; indígenas e afrodescendentes; menores; população de rua; enfermos e suas famílias; e tantos outros⁶. Dessa forma, se poderia suscitar questões e iniciativas impensadas até então, no campo da religiosidade popular, do atendimento humanitário, das modalidades de aproximação e evangelização, da inculturação. Entre tantos campos que poderiam ser explorados, escolhemos uma realidade atual em particular: os migrantes.

Os migrantes talvez sejam hoje a realidade humana que

5 Devido ao espaço exíguo desse artigo, não citamos diretamente nenhum exemplo, que podem ser conhecidos por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial (CNBB), as POMs e CCM.

6 Essa proposta pastoral está bem desenvolvida nas DGAE 2015-2019, n. 75;77.

melhor testemunha o drama e a complexidade do mundo em que vivemos. Eles estão cada vez mais presentes no cotidiano de nossas paróquias e dioceses, porém frequentemente estão inviabilizados pela sua condição social. Eles estão dentro das fazendas de café, cana-de-açúcar, nas plantações de tomate ou de frutas, sozinhos ou em famílias, para a colheita e outros serviços agrícolas. Igualmente, podem estar em canteiros de obras públicas, no período da construção de uma rodovia, de uma hidroelétrica, de um aeroporto, ou ainda de um conjunto de prédios. Podem estar escondidos em bairros insalubres e da periferia de grandes metrópoles, em situação de clandestinidade, trabalhando em pequenas fábricas ou oficinas de costura. Sua situação de clandestinidade, vivendo nos espaços segregados da sociedade, torna-os vulneráveis a violências, doenças e outras privações, e presa fácil de toda sorte de humilhação e exploração, inclusive por meio do tráfico humano e trabalho escravo. Assim, é visto como um estranho na sociedade, e mesmo quando fala o mesmo idioma, como os migrantes internos e trabalhadores temporários, é vítima de preconceitos e possui grande dificuldade de se inserir nas relações sociais da localidade em que se encontra. Normalmente, nas paróquias, até mesmo os presbíteros, ou seus agentes de pastoral com seus grupos e movimentos, não estão preparados para acolhê-los.

Os migrantes constituem, de fato, um grande desafio para a Igreja Local, e é uma frente missionária no interior do seu próprio território. Tanto mais desafiador que, pelo fato de falarem outra língua, possuírem outros costumes e tradições religiosas, e se inserirem em atividades laborais consideradas de baixa qualificação, normalmente provocam atitudes de rechaço na sociedade que os recebe, o que inclui numerosos cristãos que participam ativamente. Os migrantes se constituem num verdadeiro teste para uma Igreja que pretende se por “em saída”. Mas, é também um desafio para a proposta de um planejamento participativo que deseje ir além da manutenção

das estruturas de pastoral. Por isso, apesar de tudo, pode-se dizer também que os migrantes podem proporcionar um momento de graça, propício para “iniciar processos” de renovação. Pode ser a ocasião para que a comunidade eclesial possa se recompor e criar novas modalidades de comunhão, novos consensos, novas formas de participação. Nesse sentido, considerando a presença dos migrantes, pensamos três âmbitos em que uma “Igreja em saída missionária” pode desenvolver a atividade pastoral em seu território (paroquial ou diocesano) e, por conseguinte, repensar o processo de planejamento participativo.

a) Acolhida imediata e serviço da caridade

Não é incomum que os migrantes surjam na vida da Igreja Local de forma imprevista, criando uma situação de urgência “humanitária”. Como também temos várias situações em que a demanda de ajuda não se enquadra dentro dos horários ou dos padrões e rotinas de atendimento paroquial. Assim, surge a pergunta incômoda: como planejar o imprevisível? Como prever a “demanda espontânea”? Pois, não é apenas com os migrantes que circunstâncias como essas aparecem (os pobres em geral não se adaptam aos esquemas habituais de funcionamento das paróquias). E, no entanto, a acolhida imediata é a primeira forma de caridade pastoral, de receber aqueles que, na necessidade de chegar num lugar estranho, buscam alguma forma de ajuda: alimento, casa, trabalho, documentação, escola, aprendizado da língua, etc.

Essa primeira forma de acolhida, por meio desse serviço, se coloca ao lado da disponibilidade de conhecer onde os migrantes vivem, trabalham, se encontram para o lazer, para conviver como família, ou com os amigos. A visita missionária junto aos migrantes, feita de maneira sistemática (o que implica planejamento, acompanhamento, avaliação), é outra ocasião de prestar esse serviço de acolhida. E se torna um testemunho de

caridade pastoral formidável quando essa visita se estende aos locais de origem dos migrantes. Todo migrante é alguém deslocado, vivendo no “entre dois” da bilocação entre origem e destino, numa provisoriedade e transitoriedade permanente⁷. A atitude de visita, escuta e atenção que possa acolher essa dimensão essencial da condição social do migrante possui a virtualidade de resgatar de forma única a sua dignidade humana.

b) Espaços de interação e gestação de comunidades

Para além da assistência e da acolhida imediata, o interesse de visitá-los, promovê-los e integrá-los na comunidade pede que se proporcionem também espaços de interação. Seja que o migrante migre por motivo de trabalho ou para escapar de alguma forma de carência ou perseguição, ele só se reconstitui pessoal e socialmente por meio da recomposição dos vínculos de sociabilidade. Nesse sentido, conhecendo sua condição de “emigrante-imigrante”, deslocado entre a sociedade de origem e de acolhida, é fundamental a sensibilidade para o fato de que ele carrega consigo os traços de outra cultura, e tem necessidade de se encontrar com aqueles que partilham dessa mesma condição. Proporcionar espaços e horários para que seus grupos de pares possam se reunir e celebrar permite que vá se gestando comunidades de migrantes no seio da Igreja. Também aqui, o exercício da caridade pastoral inclui uma boa dose de paciência e disposição para dialogar com os migrantes e outros grupos que compartilham os mesmos espaços no ambiente paroquial.

Mas, essa mesma sensibilidade supõe a disposição de conhecer e visitar os lugares de encontro dos migrantes, em que essa sociabilidade é tecida. A possibilidade que haja grupos e

7 Para a compreensão da condição social do migrante, cf. os estudos de A. SAYAD. *A Imigração, ou os paradoxos da alteridade*, 1998. Cf. também Sidnei M. DORNELAS; Ana C. A. NASSER. *Pastoral do Migrante: relações e meditações* 2008, p.154-164.

uma comunidade de fé de migrantes, bem como sua inclusão na trama de relações da Igreja Local, pede a consciência de que ela não está dissociada dos outros ambientes de vivência dos migrantes. Ajudar os migrantes a se organizar como comunidade de fé implica também o acompanhamento das várias dimensões de sua inclusão na sociedade. Podemos chamar essa atitude do agente de pastoral, que ao lado da primeira acolhida busca a disposição para dialogar sobre seus espaços de participação na sociedade e na Igreja, de um exercício de “mediação social”. Mais do que isso, também podemos dizer que esse exercício de fazer a “ponte” entre as pastorais e estruturas da Igreja Local, de um lado, e os grupos migrantes, de outro, é uma verdadeira “mediação eclesial”. É por meio dela que os migrantes poderão vir a se reconhecer como pertencentes à Igreja Local, mas também a Igreja Local se reconhecer no modo dos migrantes viverem e testemunharem sua fé⁸.

c) Interculturalidade e comunhão numa só Igreja

Enfim, acolher os migrantes na Igreja Local, numa dinâmica de planejamento participativo e missionário, significa introduzir o tema da inculturação na cotidianidade da caminhada da Igreja. “Iniciar processos”, como nos ensina o Papa Francisco, significa uma atitude de fé, generosa e aberta para as surpresas do Espírito, e para o novo que pode emergir da realidade multifacetada, inusitada, cambiante, cheia de conflitos em que vivemos. Tal possibilidade é perceptível no interior da Igreja Local quando se dispõe a acolher os migrantes na sua caminhada eclesial. Nesse sentido, a presença de comunidades de migrantes nos ajuda a recordar que planejar é mais do que

8 Cf. S. M. DORNELAS. *Mediações para uma pastoral da mobilidade humana* (LUSSI, C.; MARINUCCI, R., 2018, p.77-85). Um estudo mais amplo dessa temática pode ser encontrado na segunda parte de DORNELAS; NASSER, *Pastoral do Migrante: relações e meditações*. 2008, p.141-287.

viabilizar de maneira racional um conjunto de ações articuladas, em vista de um objetivo pastoral alcançado como consenso por todos. Planejar de maneira participativa, numa sociedade e comunidade de fé multicultural, também é “iniciar processos” para uma maneira nova de vivenciar a comunhão da Igreja.

O que diz respeito a todos deve ser dialogado, decidido, avaliado e celebrado por todos, inclusive pelos migrantes que estão entrando em nossa comunidade, por mais estranhos e inconvenientes que possam parecer. É confiar que o tempo, e a sabedoria que ele pode nos dar, é mais importante que os espaços que ocupamos; que os conflitos são momentos contingentes de um caminho para a comunhão e unidade de toda a Igreja; que a realidade comum que nos une é mais importante do que a ideia que cada um possa alimentar. É acreditar na catolicidade da Igreja, que se constrói assim, por meio de cada parte contingente, para encontrar seu sentido no todo, na plenitude que aspiramos, e que se tornará plenamente visível quando estivermos todos juntos no coração de Deus.

Referências Bibliográficas

CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2008.

_____. *A Missão Continental: para uma Igreja Missionária*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

_____. *Itinerário da Missão Continental*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: Ed. CNBB, 2015.

CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Cooperação Missionária (Cooperatio Missionalis)*. Brasília: Ed. CNBB, 2015.

DORNELAS, Sidnei Marco. Mediações para uma pastoral da mobilidade humana. In: LUSSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto (org.). *Migrações, refúgio e comunidade cristã*. Reflexões pastorais para a formação de agentes. São Paulo: Paulus, 2018, p.77-85.

DORNELAS, Sidnei Marco; NASSER, Ana Cristina. Arantes. *Pastoral do Migrante: relações e Mediações*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios/Loyola, 2008.

FRANCISCO, PAPA. *Evangelii Gaudium*, Disponível em:
https://m.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf,
Acesso em: 26/06/2018.

JOÃO PAULO II, PAPA. *Redemptoris Missio*. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html, Acesso em: 26/06/2018.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.